

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA PARCERIA PELA EDUCAÇÃO

Margarete Pereira Fernandes Ribeiro

Universidade do Estado da Bahia

Susane Martins da Silva Castro

Universidade do Estado da Bahia

Marinalva Nunes Fernandes

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O artigo intitulado, “A Formação Continuada de Professores e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma parceria pela educação” é fruto de nossas reflexões como pesquisadoras, professoras e formadoras de professores, cujo objetivo pautou-se em problematizar a Formação Continuada de Professores do município de Riacho de Santana-BA, por meio do Programa do Governo Federal Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), de modo a compreender os impactos nas práticas pedagógicas diárias dos professores. Neste sentido, apresentamos o retrato de um trabalho desenvolvido pelas autoras, no exercício de suas funções pedagógicas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Riacho de Santana-BA (SME). Para tanto, utilizou-se da pesquisa de campo cunhada na abordagem qualitativa. Os instrumentos de coletas de informações foram as fichas de acompanhamento dos níveis de escrita e leitura dos alunos nas diversas salas de aula, os relatórios escritos pelos professores formadores e a análise dos resultados obtidos pelos alunos durante a vigência do programa, através do aporte teórico-metodológico das narrativas autobiográficas das vivências que impulsionaram as aprendizagens durante todo percurso formativo. O aporte teórico composto por Tardif (2002), Novoa (1991), Pimenta (2005), Ferreiro (1999), Alberti (2004), foi fundamental para análise do tema proposto. O estudo nos possibilitou perceber como as políticas públicas, delineadas por meio do PNAIC influenciou sobre a formação continuada neste município, impulsionada por meio da parceria Município-Federação, contribuindo para a profissionalização dos professores.

Palavras-chave: Formação de Professores. PNAIC. Prática Pedagógica.

1. Retratando o estudo

Fomentar a formação de professores no âmbito das políticas públicas municipais educacionais, frente ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394/96 tornou-se obrigatória e imprescindível no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Desse modo, tanto a formação inicial quanto a formação continuada necessitam adentrar ao campo dos debates, bem como dos estudos de professores e pesquisadores. Trabalhando na SME do município de Riacho de Santana-BA, sentimos a necessidade de estudar essa temática, com vistas a compreender as ações desenvolvidas pelos professores que atuam Ensino Fundamental anos iniciais, considerando o elevado índice de crianças evadidas e em distorção idade-série na Rede Municipal de Ensino, bem como o nível

de proficiência apontado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município.

É importante salientar que o ato de educar é uma tarefa difícil, que precisa ser desenvolvida com motivação, mobilização, respeito e participação de todos. Para tanto, a concretude desta missão precede da preparação e atualização constante dos profissionais da educação. Daí emerge a problemática do presente estudo, que tem como tema “A Formação Continuada de Professores e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: Uma parceria pela educação” cujo propósito pautou-se em problematizar a Formação Continuada de Professores do município de Riacho de Santana-BA, por meio do Programa do Governo Federal, PNAIC, de modo a compreender os impactos nas práticas pedagógicas diárias dos professores, e, conseqüentemente, na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Importante se faz compreender que a criança carece aprender e o professor precisa contribuir para tomada de decisões que favoreçam o desempenho e a consolidação da sua aprendizagem. Essa compreensão justifica a parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e o Governo Federal, para a implantação do Programa, com vistas na necessidade da formação continuada para os professores da Rede Municipal de Ensino.

O PNAIC é uma proposta do Governo brasileiro, para a formação de professores, inicialmente, atuantes no Ciclo Alfabetizador, que corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental, desenvolvida através do Ministério da Educação (MEC). Enquanto política pública educacional, se consolida como “um compromisso formal e solidário assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2012, p. 3). Por meio de uma parceria entre o MEC, as Secretarias Estaduais e Municipais assumem o compromisso de fortalecer os três primeiros anos do Ensino Fundamental, que constitui o Ciclo Alfabetizador, atuando nos seguintes eixos, a saber: Formação Continuada, Materiais Didáticos, Avaliação, Gestão, Controle Social e Mobilização.

Percebe-se, segundo Freitas (2014) que, a formação de professores, tem sido alvo principal das atuais políticas educativas, principalmente no âmbito dos Estados e Municípios. A isto, cita-se o Parágrafo Único do artigo 61 da LDBEN garantindo “a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica terá como fundamentos” (LDBEN, 1996, p. 20).

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho.
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço.
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (BRASIL, 1996, p. 20).

Dessa forma, a lei garante como deve se dar os processos formativos, contudo, assegurar esses processos é o que carece de mais seriedade e compromisso. A legislação aponta como principais desafios da docência para o Ciclo Alfabetizador, a necessidade de o professor reconhecer e compreender o aluno como ser aprendente. Assim, é necessário assegurar os momentos formativos continuados para capacitar os profissionais da educação, investindo para tanto, em recursos tecnológicos.

Conforme se pode perceber, no contexto da LDBEN, tanto a formação inicial quanto continuada, estão garantidas, contudo, na prática, essa formação ainda tem provocado inquietações e polêmicas. Gelocha; Corte (2016) apontam que o PNAIC potencializou a formação continuada de professores no ciclo alfabetizador.

Como funcionou essa formação? Todos os profissionais que atuaram nas salas de aula do 1º ao 3º anos participaram da formação continuada oferecida pelo PNAIC? De que forma o PNAIC contribuiu para melhoria das aprendizagens das crianças matriculadas e com frequência regular no município de Riacho de Santana-BA? Tendo como eixo de interesse a formação continuada, tais indagações foram balizadoras deste estudo, que objetivou compreender se a formação continuada implicou na melhoria das ações pedagógicas em sala de aula, bem como no processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças que compõem o ciclo da infância no município de Riacho de Santana-BA.

2. Percorso metodológico da pesquisa

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, com aporte nos estudiosos (LUDKE, ANDRÉ, 1986), por ser uma pesquisa que nas Ciências Sociais, busca compreender fatos, fenômenos e relações envolvidas. Nesse sentido, “[...] ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. O estudo em pauta situa-se na formação inicial e continuada dos professores por meio do PNAIC e teve como entrevistados a Coordenadora Geral do PNAIC no Município, um Professor Formador, um Gestor Escolar e uma professora da Rede Municipal.

O trabalho com a história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para preparação do roteiro das entrevistas. Logo, realizamos levantamento bibliográfico com o propósito de investigar as teorias e resultados de pesquisas anteriores sobre a contribuição da formação continuada ofertada pelo PNAIC para os professores alfabetizadores e quais relações que a mesma tem com os saberes que os professores constroem em suas trajetórias. Posteriormente, foi desenvolvido o trabalho de campo, utilizando-se da entrevista narrativa para perceber a concepção dos entrevistados sobre si e sobre o exercício da docência, confrontando, para tanto, as fichas de acompanhamento pedagógico dos alunos, as quais nos permitiu observar os níveis de leitura e escrita dos mesmos.

Buscou-se ainda realizar um estudo detalhado do Programa, analisar o Documento firmado entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, bem como, conhecer a proposta da Formação Continuada, os materiais utilizados e a concepção da equipe formadora quanto à formação recebida e ofertada no município.

A fundamentação teórica, a análise das entrevistas, bem como o diálogo com o grupo selecionado para realização do presente trabalho constituíram elementos imprescindíveis para a obtenção das informações necessárias à análise do problema investigado, permitindo, para tanto, problematizar a Formação Continuada de Professores do município de Riacho de Santana-BA.

3. O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa e o processo de formação do professor

O PNAIC se constituiu a partir de um compromisso assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, este compromisso teve como finalidade atender ao disposto nas Metas 5 e 16 do PNE, que estabelece a seguinte obrigatoriedade:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, PNE, 2014, p. 79).

Ao longo dos seis anos de implantação e implementação do programa, ajustes e mudanças foram realizadas para melhor atender ao objetivo proposto, visto que foram observadas algumas fragilidades com a eficácia do programa, sendo inaceitável a ideia de que “o processo de alfabetização, que deveria ser progressivo e cumulativo, é deslocado apenas para o 3º ano.” (BRASIL, 2017, p. 4). Consequentemente, isto gerou impactos negativos ao

desenvolvimento e desempenho do programa e do processo de alfabetização das crianças.

Ferreiro (1999) discute que alfabetizar as crianças é fantástico e deve ser um processo contínuo, não fragmentado, pois dentre os grupos sociais as crianças são as mais fáceis de serem alfabetizadas, pois, a criança ainda está em processo de formação e construção, o que não acontece com os adultos, que, pela maturidade já tem conceitos, formas e ações de conhecimentos já construídas.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1999, p. 23)

Nessa perspectiva, o Marco de Ação da Agenda de Educação 2030, da qual o Brasil é signatário assegura que, é preciso garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos, o que implica promover uma formação inicial e continuada que dê conta das demandas e especificidades presentes hoje no contexto da Educação Básica.

De acordo Nóvoa (1999), a formação docente acontece através de um processo interativo. Assim, a formação continuada do professor precisa acontecer através de uma proposta de estudo que promova a reflexão sobre o fazer pedagógico na sala de aula com o intuito de melhorar a prática pedagógica. Por meio da formação, os saberes e as práticas docentes tem a possibilidade de serem ressignificadas, contextualizados conforme a realidade socioeducacional da escola e da comunidade na qual a escola está inserida, possibilitando, desta forma, a construção de novos conhecimentos e conseqüentemente, novos saberes.

No processo de formação continuada, as relações dos professores com os saberes não podem estar voltados exclusivamente para as relações intelectuais e, sim, construídas também na prática pedagógica da sala de aula e do cotidiano. A compreensão dos saberes docentes que embasaram o presente estudo fundamenta-se nos estudos de Tardif (2002). Dentre os saberes defendidos pelo autor, destaca-se: os saberes da Formação Profissional, transmitidos aos professores durante o processo de formação inicial e/ou continuada; Saberes Disciplinares, advindos dos diferentes campos do conhecimento (linguagem, ciências exatas, ciências humanas e biológicas, etc.); Saberes Curriculares, relacionados à forma como a instituição escolar transmite e faz o gerenciamento dos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história e os Saberes Experienciais, produzidos pelos docentes por meio da vivência de

situações específicas relacionadas ao espaço da escola e as relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão.

De acordo Pimenta (2005) os saberes teóricos propositivos necessitam estar articulados aos saberes da prática pedagógica, sendo, portanto, importante que esses sejam ressignificados e contribuam para que os saberes sejam transformados em conhecimento, pois, permite problematizar e construir novas formas de aprender. Assim, a complexidade do processo de alfabetização e a fragilidade da formação inicial de professores alfabetizadores têm se tornado um grande desafio, justificando, para tanto, a necessidade de desenvolver “[...] sua prática a partir dos significados que ele mesmo dá. Um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes da sua própria atividade e a partir dos quais ele estrutura e orienta”. (TARDIF, 2002, p. 230)

O processo de alfabetização das crianças como previsto no PNE, na estratégia 5.1, e no PME, nas estratégias 5.3 e 5.5, disciplina que, os professores alfabetizadores tenham uma visão holística do processo educacional, conforme os planos de educação, isto se constitui em pilares para o alcance de outras Metas dos referidos planos, em especial a Meta 2, que prima por “universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014, p. 50) Nasce dessa pactuação entre município e federação uma nova configuração de formação continuada por meio do PNAIC.

4. O PNAIC no município de Riacho de Santana-BA

O município de Riacho de Santana-BA, segundo o educacenso 2017, atendeu 5.305 alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental e modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desse total, 1.108 crianças com matrículas no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano), ou seja, quase 21% dos totais da Rede. Em 2018, a Rede Municipal de Ensino contou com um total de 5.117 matrículas, desse total, 666 matrículas no ciclo de alfabetização, em percentuais, 13,01%.

Desse modo, percebe-se que houve um decréscimo no percentual de alunos matriculados no ciclo de alfabetização de 2017 para 2018, isto se explica pelo fato do município até o ano de 2016, ter amparo legal na Ação Civil Pública, autos nº. 839-07.2012.4.013309, impetrada pelo Ministério Público Federal em 2014, à qual suspendeu os

efeitos das Resoluções do CNE nº. 1/2010, e nº. 6/2010, bem como outras normas de idêntico teor que as sucederam, a Ação Civil Pública citada, normatizou como:

Suspensas nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária de Guanambi Estado da Bahia, de modo que resta autorizada a matrícula na primeira série do ensino fundamental, em todas as instituições de ensino compreendidos pela mencionada subseção judiciária, das crianças com 06 (seis) anos incompletos após 31 de março do ano letivo a ser cursado, e que completem essa idade até 31 de dezembro do mesmo ano. (Parecer de força executória nº 00112/2016/CRASP2/PRU1R/PGU/AGU, 2016, s/p).

Neste sentido, justifica-se que o percentual de quase 21% dos alunos cursarem os anos iniciais do Ensino Fundamental, ciclo alfabetizador, em 2017, estava respaldada na Ação Civil Pública, à qual julgava procedente o não seguimento do corte etário como previstos nas Resoluções CNE, citadas anteriormente. Os efeitos suspensivos da citada Ação Civil Pública, se tornaram públicos e obrigatórios em todo o território nacional ainda em 2016, contudo, o município de Riacho de Santana-BA manteve o prosseguimento dos percursos educacionais das crianças que já se encontravam matriculadas na Rede Municipal de Ensino, como previsto no artigo 5º parágrafo 1º da Resolução CNE nº. 06/2010 e artigo 5º da Resolução nº. 02/2018, que definem as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade. O artigo 5º da Resolução CNE nº. 02/2018 disciplina que:

Excepcionalmente, as crianças que, até a data da publicação desta Resolução, já se encontram matriculadas e frequentando instituições educacionais de Educação Infantil (creche ou pré-escola) devem ter a sua progressão assegurada, sem interrupção, mesmo que sua data de nascimento seja posterior ao dia 31 de março, considerando seus direitos de continuidade e prosseguimento sem retenção (BRASIL, 2018, p. 2).

Importante se faz elucidar que comprometidos em melhorar os índices de alfabetização, bem como em cumprir as metas e os objetivos de aprendizagem, previstos no PNE, PME e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o poder público municipal, nas pessoas do Prefeito e do Dirigente Municipal de Educação (DME) validam seu compromisso e sua responsabilidade ao aderir ao PNAIC e oferecer condições para sua implantação e execução no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Neste sentido, a SME instituiu o Núcleo de Alfabetização (NALFA), com o objetivo de melhor estruturar as ações do programa. A partir da instituição do NALFA, foi elaborado o Plano Individual de Trabalho e o Plano de Gestão com base nas quatro dimensões do programa, a saber: formação, acompanhamento,

monitoramento, mobilização e avaliação, às quais visavam assegurar com eficiência o processo de alfabetização das crianças.

Importante se faz elucidar que, a criação do NALFA assegurou através das reuniões quinzenais a formação continuada dos professores, mediadores de aprendizagem, articuladores, coordenadores e gestores, bem como o acompanhamento e intervenção pedagógica durante todo o processo formacional.

Todos os envolvidos no processo educacional são responsáveis pela alfabetização das crianças. Este processo começa na acolhida das crianças pelas equipes das instituições de ensino e segue com a garantia das ações formadoras, que são indispensáveis à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa. Desta forma, e para garantir a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, para tanto, o Governo Federal, através de incentivos financeiros e assistência técnica e pedagógica, lança como meta formar até 2015, 360 mil professores alfabetizadores. A necessidade em investir e dar assistência técnica e pedagógica a este grupo de professores partiu de uma iniciativa do MEC, após a divulgação dos dados do educacenso 2010.

Segundo dados do educacenso (2010), “15,2% das crianças brasileiras em idade escolar não sabiam ler nem escrever”, este dado foi confirmado pela professora da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), Clélia Mara dos Santos, durante a realização do IV Encontro Nacional de Lideranças da Mobilização Social pela Educação - Interação família-escola-comunidade¹.

O PNAIC como política educacional aprofundada, se estruturou em quatro vertentes indispensáveis de ações formadoras para a obtenção de resultados promissores: o processo de formação, de avaliação, tendo como base a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), disponibilidade de materiais didáticos para os professores alfabetizadores e gestão, mobilização e controle social. Com base nestas vertentes o PNAIC foi sendo implementado a partir das necessidades diagnosticadas através dos dados do educacenso e da ANA, assim, para atender a demanda diagnosticada, a cada ano o programa foi se estruturando em temáticas que contemplassem a formação integral do professor alfabetizador, para alcançar a meta primordial, alfabetizar as crianças até os oito anos de idade.

O PNAIC, no âmbito municipal, disponibilizou em 2017 e 2018, conforme a tabela abaixo, os seguintes quantitativos de vagas para a formação de docentes.

¹ Evento realizado entre os dias 06 a 08/12/2012 pelo MEC, por meio do Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE).

Quadro 1 - Vagas disponibilizadas pelo PNAIC na Rede Municipal de Ensino de Riacho de Santana-BA, em 2017 – 2018

Grupos atendidos	Vagas disponibilizadas	Vagas preenchidas
Professores Pré-Escola	64	33
Professores Alfabetizadores	88	67
Coordenadores Pedagógicos	22	17
Formador Local Pré-Escola	02	01
Formadores Locais do Ciclo	04	04
Novo mais Educação: Mediadores de Aprendizagem	62	55
Articulador da Escola	19	13
Totais	261	190

Fonte: SME de Riacho de Santana-BA - PNAIC, 2019.

Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

A partir de 2017, como demonstrado no quadro acima, o programa ganhou uma nova reestruturação, incluindo no processo de formação, os professores da pré-escola, formador local da pré-escola, mediadores de aprendizagem do Programa Novo Mais Educação e Articuladores da Escola, garantindo o compromisso de melhorar a qualidade da Educação Básica. Conforme o quadro 1 houve aumento na oferta de vagas estendidas a outros segmentos da educação, porém, a adesão por parte desses segmentos foi bastante inferior ao quantitativo de vagas ofertadas pelo programa.

Diante desses dados, consideramos que faltou por parte da SME maior sensibilização, organização, mobilização e planejamento sobre a importância desses momentos formativos ofertados por meio do PNAIC, no município, bem como a falta de interesse por parte dos agentes da educação que se esquivam do processo de formação e qualificação profissional.

4.1 Retratando nossos dados

Riacho de Santana-BA é um município de médio porte, situado no Território de Identidade Velho Chico, com um trabalho educacional reconhecido pela população local e regional. Dados do IDEB do ano de 2013 apresenta que o município alcançou a meta prevista², chegando a 4.3, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ultrapassando a meta prevista para 2015 que era 4.2. Os dados indicam que de 2013 para 2015 houve uma

² A meta prevista para o município era 3.9 (IDEB/INEP, 2013).

progressão significativa nos níveis de proficiência, tanto em leitura e interpretação quanto em matemática, assim, como avançou no IDEB, chegando a 5.5 em 2015.

Quadro 2 - Resultados da Prova Brasil - Riacho de Santana-BA 2013 -2019

Ano	Ano escolar	Total de alunos	Total de alunos que realizou a prova	Nível de proficiência em leitura e interpretação	Nível de proficiência em matemática
2013	5º ano	206	184	19%	12%
2015	5º ano	187	184	47%	34%
2017	5º ano	382	367	54%	39%
2019	5º ano	440	SD	47%	36%

Fonte: INEP, Prova Brasil 2017.

Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

O quadro acima nos permite analisar que houve durante o período de referência uma melhora gradual nos índices de proficiência dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, ao tempo em que se pode perceber que após o encerramento do programa em 2018, houve um retrocesso nesses avanços, tanto em leitura e interpretação quanto em matemática. Conseqüentemente, as formações ofertadas pelo PNAIC contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

Ainda conforme os resultados da Prova Brasil, em 2013, 81% dos alunos do 5º ano se encontravam nos níveis de proficiência básico e insuficiente em leitura e interpretação, e 88% em matemática; em 2015, 41% dos alunos se encontravam nesses níveis em leitura e interpretação, e 55% em matemática; em 2017, 46% dos alunos do 5º ano se encontravam nesses níveis em leitura e interpretação, e 61% em matemática.

Diante desses índices e níveis aferidos pela Prova Brasil nas turmas de 5º ano, percebemos que houve uma ruptura no processo de ensino e aprendizagem, o que nos instigou a pesquisar a Formação Continuada e as ações pedagógicas no município supracitado, onde se pôde perceber que mesmo diante das fragilidades detectadas no programa, analisando os dados obtidos através do diagnóstico dos níveis, bem como, confirmado com a pesquisa qualitativa, o programa PNAIC, através das formações, orientações e acompanhamentos pedagógicos foi um aporte para a melhoria do processo de alfabetização em nosso município, muito embora os dados obtidos demonstrem que o processo de alfabetização através do ciclo alfabetizador foi insuficiente para alfabetizar todos os alunos matriculados e com frequência regular. Vejamos no quadro 3 os indicadores referentes ao ano letivo de 2017.

Quadro 3 - Ciclo de Alfabetização: Diagnóstico inicial - 2017

TOTAL ALUNOS	DE	Pré-silábico		Silábico		Silábico alfabético		Alfabético	
		Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%
1º ANO	333	180	54,1	80	24	39	11,7	34	10,2
2º ANO	296	19	6,4	50	17	40	13,5	187	63,1
3º ANO	479	27	5,6	45	9,4	80	16,7	327	68,3
TOTAL	1.108	226	22	175	16,8	159	14	548	47,2

Fonte: SME de Riacho de Santana-BA - PNAIC, 2019.
Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

Ao iniciar o ano letivo de 2017, a equipe da SME que fez o acompanhamento pedagógico das Escolas Públicas do Município, realizou o mapeamento das reais condições de alfabetização nas classes que compuseram o ciclo de alfabetização, identificando que nas turmas de primeiro ano, as condições de leitura e escrita centravam-se no nível pré-silábico e silábico, necessitando para tanto de maiores investimentos no processo de formação de professores para a melhoria desses índices. Nas turmas de 2º e 3º anos dos anos iniciais, o número de alunos no nível, silábico alfabético e alfabético passava de 60%, porém, quando se soma os três anos que compõem o ciclo alfabetizador, os índices de alfabetização são inferiores a 50% dos alunos atendidos na Rede Municipal de Ensino.

Com o acompanhamento sistemático, ocorrido por meio de intervenções pedagógicas planejadas, chegou-se ao final do ano de 2017 com os seguintes resultados, como apresentados no quadro 4.

Quadro 4 - Ciclo de Alfabetização: Diagnóstico Final - 2017

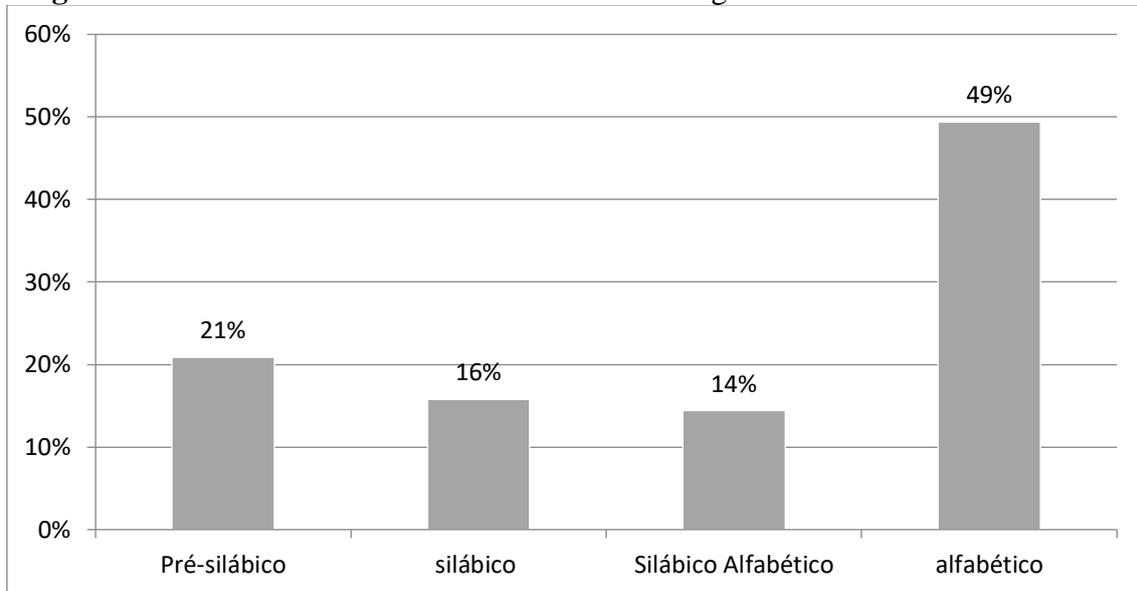
TOTAL ALUNOS	DE	Pré-silábico		Silábico		Silábico alfabético		Alfabético	
		Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%
1º ANO	335	26	7,8	36	10,8	59	17,6	214	63,8
2º ANO	300	5	1,7	10	3,3	20	6,7	265	88,3
3º ANO	480	10	2,1	18	3,7	30	6,3	422	87,9
TOTAL	1.115	41	3,9	64	5,9	109	10,2	901	80

Fonte: SME de Riacho de Santana-BA - PNAIC, 2019.
Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

O quadro acima traz um retrato detalhado dos índices de aproveitamento dos alunos por ano escolar, apontando que, os níveis de leitura e escrita, tomando por base o que Ferreiro e Teberosky (1985) postulam em seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, demonstrando, para tanto que, das 1.108 crianças matriculadas e com frequência regular, 87,9% chegaram ao final do ciclo da alfabetização no nível alfabético. Neste sentido, pode-se

perceber que muito embora o Programa de Formação Continuada tenha alcançado um nível de aprendizagem melhor, não garantiu solidez, referentes aos anos finais do Ensino Fundamental I, conforme os índices de proficiência da Prova Brasil, apresentados nas figuras 1 e 2.

Figura 1 - Perfil do aluno no ciclo alfabetizador - diagnóstico inicial 2017



Fonte: SME de Riacho de Santana-BA - PNAIC, 2019.

Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

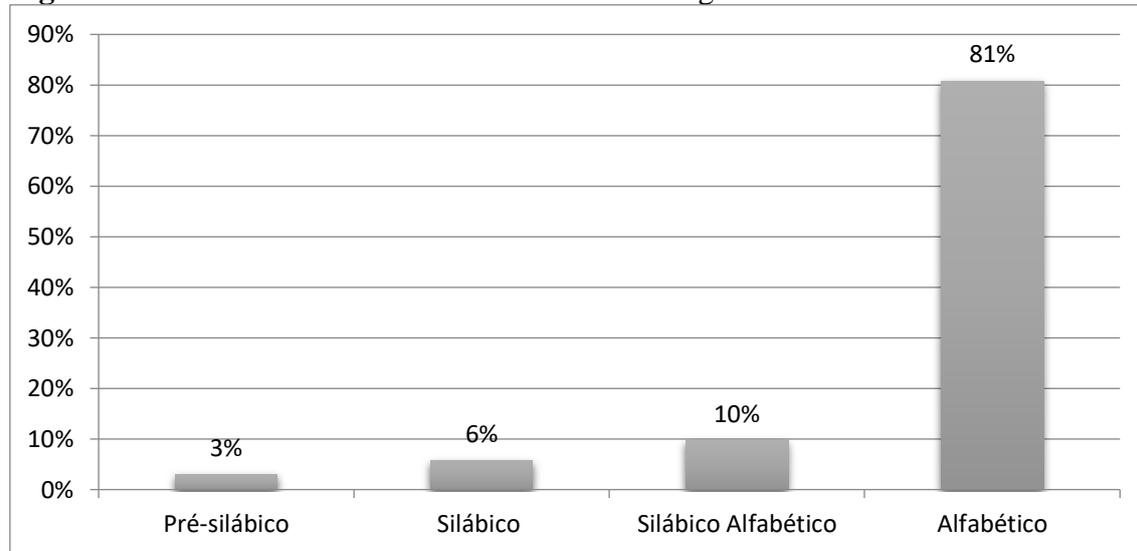
A figura 1 sintetiza o perfil das crianças matriculadas no ciclo de alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Riacho de Santana-BA, no ano letivo de 2017. Com base nas fichas de acompanhamento dos níveis, a equipe pedagógica do PNAIC sinalizou que 21% das crianças matriculadas se encontravam no nível pré-silábico e apenas 49% no nível alfabético. Segundo Ferreira e Teberosky (1985), a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta à interação social, na escola ou fora dela, ainda com base na autora, a criança passa por etapas, com avanços e também retrocessos, até que finalmente se aproprie do código linguístico e consiga dominá-lo.

Assim, com base na teoria da Psicogênese da língua e da escrita, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada. São elas: pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético. A partir da identificação dos níveis, a equipe pedagógica do NALFA, planejava e organizava as formações continuadas de forma que os professores pudessem estruturar o seu trabalho pedagógico através de um olhar criterioso, para concretização das habilidades e aprendizagens de cada criança, dado que as classes são homogêneas.

Através dos acompanhamentos pedagógicos e das avaliações dos níveis, a equipe do NALFA, propunha as intervenções pedagógicas conforme os resultados dos diagnósticos, de

forma que todas as crianças concretizassem o processo de alfabetização na idade certa. A figura 2 apresenta os avanços das crianças matriculadas no final do ano letivo de 2017.

Figura 2 - Perfil do aluno no ciclo alfabetizador - diagnóstico final 2017



Fonte: SME de Riacho de Santana-BA - PNAIC, 2019.

Elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

Com base nos perfis dos alunos matriculados no ciclo de alfabetização no final do ano letivo de 2017, percebe-se que de fato houve um avanço significativo nos níveis de aprendizagem, visto que no diagnóstico inicial aplicado pelos professores formadores constatou-se que 21% das crianças se encontravam no nível pré-silábico, apenas 49% no nível alfabético. Ao final do ano letivo de 2017, os resultados dos níveis apresentaram resultados positivos, nos quais, pode se constatar conforme a figura 2 que apenas 3% dos alunos matriculados continuavam no nível pré-silábico, havendo, portanto, um avanço significativo das crianças que iniciaram o ano letivo nesse nível. 81% das crianças matriculadas no ciclo alfabetizador finalizaram o ano letivo de 2017 no nível alfabético. Os avanços alcançados confirmam que, mesmo com todas as fragilidades, o PNAIC possibilitou através das formações continuadas dos professores, melhorias no processo de alfabetização das crianças.

Embora concordemos com Soares (1998) quando sinaliza que, a alfabetização é um processo e não se limita a ler e escrever os signos do alfabeto, mas sim na compreensão de como funciona a estrutura da língua e como é utilizada.

Ainda com base em Soares (1998), é preciso compreender a leitura e a escrita como um processo contínuo e dinâmico, e, para concretizar este processo, é necessário seguir duas linhas de concepção, quais sejam: uma técnica — a alfabetização, e outra de uso social — o letramento. Alfabetizar não significa apenas reconhecer a língua escrita, mas, possibilitar ao

aluno reconhecer o valor social das aprendizagens de forma que tenha sentido e uso para a sua vida cotidiana.

Assim, com base nos dados apresentados através das fichas de acompanhamento, não temos como afirmar que a evolução na escala dos níveis de aprendizagem, aferidos pelos professores formadores do município de Riacho de Santana-BA, se restrinja apenas ao desenvolvimento das habilidades para ler e escrever, ou se de fato houve a apropriação do processo de letramento dentro dos mesmos índices apresentados nas figuras 1 e 2.

5. Análise e considerações finais

Com base em (FERREIRO, 1999, p. 47) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é geralmente anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária” Desta forma, a fragmentação ou interrupção do processo de aprendizagem cria um abismo no processo de cognição das crianças, o que, conseqüentemente, suprime não apenas o direito da criança ser alfabetizada como também prejuízos ao longo da sua vida estudantil.

Neste sentido, analisamos e consideramos como uma das grandes fragilidades do PNAIC a forma em que se estruturaram as formações, em formato “cascata”, por mais que tenha se estruturado nas Diretrizes delineadas pela Resolução do CNE nº. 2/2015, que orienta em seu artigo 16, os princípios norteadores da formação continuada no âmbito do PNAIC, na qual as Instituições de Ensino Superior (IES) foram escolhidas por sua experiência e elevada competência profissional com capacidade de inovar e empreender. Contudo, as formações não foram feitas diretamente entre as IES e professores alfabetizadores, ao contrário, estes, eram os últimos a receberem as formações, ou seja, as IES como organizadora dos materiais do PNAIC; o coordenador Estadual em parceria com o coordenador da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) entre suas tarefas estava a de elaborar o plano de formação; o formador Estadual atuava na formação dos formadores regionais, estes, formavam os formadores locais, que no que lhe concerne, eram responsáveis pela formação dos coordenadores pedagógicos, professores e articuladores; os articuladores da escola que formavam os mediadores de aprendizagem; assim, este efeito “cascata” fez com que as formações chegassem aos professores alfabetizadores e da pré-escola, coordenadores pedagógicos e articuladores, com subjetividades, entendimentos, conotações, interpretações diversas, sem a sua essência inicial.

Não obstante, outros fatores corroboraram para atenuar ainda mais as fragilidades em torno do PNAIC, a exemplo, potencializar a ANA como indutora das práticas pedagógicas e metodológicas a serem efetivadas no processo de alfabetização. Entendemos, enquanto professoras e pesquisadoras, que este fato engessou e limitou os professores alfabetizadores no âmbito dessa avaliação.

Como Ferreiro (1999) salienta, a educação é um processo contínuo, infundável, os resultados são alcançados ao longo do percurso formativo, que passa por mudanças, ajustes, adequações, inovações, mas que permaneça, não é positivo abolir uma Política Pública antes mesmo de aguardar a concretização do seu firmamento enquanto processo. A descontinuidade das Políticas Públicas para a alfabetização, a exemplo do Pró-Letramento (2005 – 2012); do próprio PNAIC, que a partir de 2017, cerceou a oferta de bolsas de incentivo financeiro para as formações, bem como a disponibilidade dos materiais impressos utilizados nas formações dos professores alfabetizadores, fragiliza também as ações frente aos processos formativos de professores.

6. REFERENCIAIS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. MEC realiza VI Encontro Nacional de Lideranças da Mobilização Social pela Educação. Disponível em: <<https://campanha.org.br/noticias/2012/10/24/mec-realiza-vi-encontro-nacional-de-liderancas-da-mobilizacao-social-pela-educacao/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<https://convivaeducacao.org.br/platform/indicadores>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2013/01/24/entenda-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. **Prova Brasil, Níveis de Proficiência**. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/cidade/3067-riacho-de-santana/proficiencia>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. **Avaliação Nacional da Alfabetização.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>>>. Acesso em: 03 de jun de 2019.

Brasil. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. PNAIC: **O Desafio da Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/266/pnaic-o-desafio-da-alfabetizacao-na-idade-certa.html>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Documento Orientador do PNAIC.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador-versao_final.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras.** São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, Emília. **Culturas Escritas e Educação.** Porto alegre: Artmed, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **PNE e formação de professores: Contradições e desafios.** In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>. Acesso, 23 abr. 2018.

GELCHA, Elizandra Aparecida Nascimento; CORTE, Marilene Gabriel Dalla. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e formação de professores: O que dizem as produções científicas? **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 106-123, jan.-jun. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>>. Acesso em: 20 ma. 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** EPU, 1986.

NÓVOA, Antônio. **A formação continuada de professores: realidades e perspectivas.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Sobre os autores:

Margarete Pereira Fernandes Ribeiro

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino Linguagem e Sociedade – PPGELS/UNEB, Brasil. Pesquisadora vinculada ao GPCSL/CNPQ, professora da Rede Pública Municipal. cfernandes_meg@hotmail.com

Susane Martins da Silva Castro

Mestranda em Educação - PPGED/ UESB, professora substituta UNEB/CAMPUS XVII, Brasil. Pesquisadora das culturas da infância quilombola, membro do Observatório da Infância e Educação Infantil, professora da Rede Pública Municipal. E-mail: susanemartins@outlook.com

Marinalva Nunes Fernandes

Doutora em Educação, professora do PPGELS/UNEB, Brasil. Pesquisadora vinculada ao GPCSL/CNPQ e ao Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/DCH/UNEB VI). E-mail: mnfernandes@uneb.br